



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

INFORMAÇÃO nº: 56/2021 – Digem1

Brasília (DF), 31 de maio de 2021.

PROCESSO nº: 8263/2020 (00600-00008263/2020-41-e)

JURISDICIONADAS: Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP e Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP

ASSUNTO: Representação

EMENTA: Representação nº 17/2020–G3P, formulada pelo Procurador Demóstenes Tres Albuquerque do Ministério Público junto ao Tribunal. Questionamentos acerca da pavimentação de trecho no Setor Hípico Sul, via de acesso à EPGU – Estrada Parque Guará (DF-051). Ausência de informações da obra. Possível atendimento a interesse particular e ofensa ao princípio da publicidade. Decisão nº 5.127/2020. Conhecimento. Oitiva do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF. Decisão nº 1.458/2021. Solicitação de informações à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP. Atendimento. Nesta fase: análise do mérito. Necessidade de novos esclarecimentos. Proposta de diligência.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos da Representação nº 17/2020-G3P formulada pelo Procurador Demóstenes Tres Albuquerque do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCD, na qual aponta possíveis irregularidades em obras de pavimentação realizadas no Setor Hípico, via de acesso à EPGU – Estrada Parque Guará (DF-051), peça 1.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

2. A representação foi conhecida mediante a Decisão nº 5.127/2020, peça 8, por meio da qual o Tribunal fixou prazo para que o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF se manifestasse quanto aos fatos representados.

3. Por meio da Informação nº 23/2021 – SEGEM/DIGEM2, peça 22, foram examinadas as informações apresentadas em face da Decisão nº 5.127/2020. Naquela oportunidade, o DER/DF¹ noticiou não ter executado *“nenhuma obra de pavimentação na rodovia, nem na via na qual o Ministério Público identificou a pavimentação, pelo menos nos dois últimos mandados governamentais”*.

4. Na mencionada Informação nº 23/2021 – SEGEM/DIGEM2, foi registrado que, em contato com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, obtivera-se a informação de que a obra em questão havia sido autorizada pela Decisão da Diretoria Colegiada da TERRACAP nº 568, sessão 3468^a, de 2/09/2020, sendo executada com recursos próprios da Diretoria de Urbanização², nos termos do Processo nº 00112-00011167/2020-18³. Ante tal informação, o Corpo Técnico sugeriu a realização de nova diligência para obtenção de esclarecimentos adicionais.

5. Assim, foi proferida a Decisão nº 1.458/2021, peça 25, com o seguinte teor:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 238/2020- DER-DF/DG/ASSESP (Peça nº 21) e demais documentos apresentados pela jurisdicionada (Peças nºs 12 a 20); b) da Informação nº 23/2021 – SEGEM/DIGEM2 (Peça nº 22); II - determinar à Terracap que, no prazo de 30 dias, manifeste-se sobre o teor da Representação nº 17/2020-G3P, encaminhando a este Tribunal esclarecimentos circunstanciados e/ou os processos pertinentes; III - autorizar: a) a ciência desta decisão ao Procurador Demóstenes Tres Albuquerque; b) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Terracap, para fins de cumprimento do item II; c) o retorno

¹ Ofício nº 238/2020-DER-DF/DG/ASSESP, peça 21.

² Informação obtida junto à servidora Juliana Borin Grapeggia Faco da Assessoria de Diretoria de Urbanização da NOVACAP (Parágrafo 9 da Informação nº 23/2021 – SEGEM/DIGEM2).

³ Associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade, para análise do mérito da representação.”

(grifos nossos)

6. Em atendimento à deliberação Plenária, a TERRACAP encaminhou o Ofício nº 130/2021 – TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER, peça 55, contendo a manifestação de suas áreas técnicas, peças 29/54.
7. Esta fase processual cuida da análise do mérito da representação de peça 1, em cotejo com as novas informações e documentos encaminhados.

Do teor da representação (peça 1)

8. Na peça que deu origem aos autos, o Ministério Público que atua junto ao Tribunal noticiou o recebimento de denúncia acerca da utilização de recursos públicos, com o objetivo de atender interesse particular, para a construção de estacionamento e duplicação de via localizada no setor Hípico Sul, na via de acesso à EPGU – Estrada Parque Guará (DF-051), fl. 2.
9. Uma vez que não foram localizadas informações acerca da obra nos sites oficiais do Governo do DF, o Órgão Ministerial esclareceu ter realizado visita ao local e constatado a realização de obra de ampliação e pavimentação da referida via. Acrescentou que não foram identificadas obras referentes à construção de estacionamento no local, fl. 2:

“Apesar da confirmação da execução da obra, a ausência de placa indicativa no local, com informações sobre o objeto, o responsável, o valor e a origem dos recursos, entre outras, não permitiu a este Órgão ministerial esclarecer a denúncia. No local, há apenas duas placas com os dizeres: “DESCULPE O TRANSTORNO, O DF ESTÁ EM OBRAS. É tempo de ação. GDF.” Há, também, uma placa do DER-DF de controle de trânsito. Provavelmente, as placas postas no local têm como objetivo alertar os condutores dos veículos que trafegam na via sobre os riscos de acidente e não informar os detalhes da obra.”

10. Uma vez que a diligência realizada não obteve os detalhes acerca da denúncia recebida, haja vista a ausência de informações claras sobre a obra e sobre os recursos empregados, o *Parquet* formulou a representação em tela, solicitando a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

atuação deste Tribunal para verificar se houve favorecimento de terceiros em detrimento do interesse público, bem como possível ofensa aos princípios da publicidade e da transparência, fl. 2.

Dos esclarecimentos da TERRACAP (peças 29/56)

11. A fim de atender a diligência determinada pelo Tribunal, a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal encaminhou o Ofício nº 130/2021 – TERRACAP/PRES/COINT/DIGER, peça 55, mediante o qual apresenta as informações prestadas pelas áreas técnicas da Companhia (peças 29/54 e 56).

12. A Diretoria Técnica da TERRACAP, por meio de sua Gerência de Engenharia, esclareceu que *“não está realizando obras no local, direta ou indiretamente por meios de contratos ou convênios ou quaisquer outro meio de execução”*, peça 37. Destacou também que a TERRACAP não foi responsável pela iniciativa e pelo financiamento da obra questionada na Representação do MPJTCDF, asseverando que a Companhia apenas autorizou a duplicação da via para atender solicitação da NOVACAP, peça 38.

13. Em vistoria realizada pela TERRACAP, peça 39, restou consignado que *“não foram encontradas placas de identificação da obra em questão”*, além disso, foi juntado registro fotográfico da área. Posteriormente, o Núcleo de Análise Fundiária – NUANF apresentou a situação fundiária da área, salientando tratar-se de área urbana de propriedade da TERRACAP⁴, peça 46. Em complemento, o Núcleo de Registro Imobiliário aduziu que a área *“requerida para pavimentação do trecho no Setor Hípico, interfere com a Área 08 do Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, conforme planta SAI/SO PR-207/1 registrada em Cartório”*, peça 47.

14. Foram juntados expedientes encaminhados pela NOVACAP⁵, nos quais foi solicitada anuência para duplicação da via em frente à Sociedade Hípica de

⁴ Conforme, “Transcrição: 94, Fls. 77, Livro 3, Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis – DF”.

⁵ Memorando nº 54/2020 – NOVACAP/PRES/DU e Ofício nº 1267/2020 – NOVACAP/PRES, peças 50 e 53. Tais expedientes também constam do Processo nº 00112.000.11167/2020-18 (fls. 1 e 16), associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Brasília, sendo ressaltado que, de acordo com a Certidão de Ônus do lote, *“180.000,00 m² é de propriedade da Sociedade Hípica de Brasília, e o restante, ou seja, 160.000,00 m², é de propriedade da TERRACAP”*.

15. Por meio da Decisão nº 597/2020, a Diretoria Colegiada da TERRACAP autorizou a NOVACAP a executar as *“obras de duplicação da via em frente à Sociedade Hípica de Brasília, bem como implantar estacionamentos”*, peça 51.

Processo nº 00112.00011167/2020-18 (associado aos autos)

16. Referido processo foi autuado pela NOVACAP, em **16/04/2020**, a partir do Memorando nº 54/2020 – NOVACAP/PRES/DU, no qual a Diretoria de Urbanização da Companhia apresenta *“solicitação de complementação da via em frente a Hípica, conforme croqui anexo (38729865), objetivando a duplicação da mesma”*, fl. 1.

17. O aludido croqui, emitido em **março/2020**, nomeou o projeto como *“Duplicação da Via Hípica”*, todavia, apresentou, equivocadamente, o endereço *“QNQ 01, ÁREA ESPECIAL, SETOR Q, CEILÂNDIA NORTE”*, fl. 2.

18. Ao examinar a solicitação da Diretoria de Urbanização, a Seção de Obras Diretas alegou que o assunto estaria sendo tratado no Processo SEI 00112-00011137/2020-10, fl. 5. No entanto, restou esclarecido que a via constante no croqui apresentado não era a mesma citada nos autos apontados pela Seção de Obras Direta, fl. 7. Assim, para execução da obra pela Seção de Obras Diretas, foi solicitada, em **11/05/2020**, a apresentação do projeto urbanístico aprovado, o dimensionamento do pavimento e a locação e levantamento de interferências, fl. 9.

19. Após a apresentação da situação fundiária da via, identificando a área indicada para duplicação como de propriedade da TERRACAP⁶, os autos foram encaminhados àquela Companhia para anuência, fl. 16.

⁶ Despacho – NOVACAP/DEINFRA/DIPROJ/SEPROJ, fl. 13.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

20. No âmbito da TERRACAP, o Núcleo de Arquitetura, em **26/06/2020**, teceu considerações acerca da área em questão, apontando a existência de dois processos relacionados ao tema⁷. Aduziu também que a área de estacionamento sugerida provavelmente coincidiria com o percurso definido no projeto do VLT, motivo pelo qual sugeriu-se a alteração do espaço destinado ao estacionamento, fls. 24/25.

21. Retornando a tramitação para a NOVACAP, consta o Despacho – NOVACAP/PRES/DU, de **20/08/2020**, em que é mencionada a realização de reunião com a TERRACAP no qual houve a orientação para que fosse requisitado daquela Companhia **autorização** para execução da via, fl. 29. Os autos foram novamente enviados à TERRACAP, fl. 31. Simultaneamente, foi determinada à área técnica responsável da NOVACAP a realização de sondagens a trado e ensaios de caracterização do solo, para fins de dimensionamento de pavimento, fl. 33, os resultados foram apresentados às fls. 34/80.

22. No documento de fls. 55/79, foi apresentado o dimensionamento do pavimento e tecidas considerações acerca da via, conforme excertos abaixo transcritos:

“1. INTRODUÇÃO

*Este documento tem por objetivo apresentar uma proposta de dimensionamento para a execução da pavimentação asfáltica na via em frente à Federação Hípica de Brasília – Setor Hípico Sul, sendo uma **importante via de acesso à DF 051 - EPGU**, e aborda os elementos de interesse para a elaboração do projeto e execução da obra, como as características do tráfego, estudos geotécnicos e os*

⁷ “00111-00008263/2018-92 - Trata de solicitação da Coordenação de Cadastro e Lançamentos Tributários, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, para a regularização de divergência entre a matrícula do Lote 8 do SAI/SO nº 144.060 do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal (documento SEI nº 16070874) e as inscrições de IPTU junto à SEF/DF. O referido lote encontra-se registrado com uma área de 340.000,00m², dos quais 180.000,00m² são de propriedade da Sociedade Hípica de Brasília, e a porção remanescente de propriedade da TERRACAP.

0390-000689/2011 - O processo, referenciado no próprio Ofício encaminhado pela NOVACAP, trata do desenvolvimento do projeto urbanístico que incide na área em questão pela COPROJ/SEDUH. O projeto, a princípio, abrange os lotes 8, 22 e 22A, considerando o parcelamento do lote 08 (divisão Hípica/TERRACAP), e incorporando ainda todas as demandas paralelas para a área que a SEDUH tenha tido conhecimento ao longo dos anos. O projeto seria um desdobramento da URB 45/11 42476931 de criação do Parque das Aves.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

parâmetros e metodologias utilizadas para o dimensionamento do pavimento, além de instruções executivas.

2. LOCALIZAÇÃO

Trata-se de uma via que permite o acesso à Sociedade Hípica do DF e ao Terminal do futuro VLT, ligando à DF 051- EPGU. A via em questão pode ser considerada como coletora local, pois favorece a circulação em toda a região.

(...)

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A via em questão é de grande importância para a comunidade local, além de ser utilizada como acesso à sociedade Hípica de Brasília, também facilitará o acesso ao Terminal do futuro VLT. Optou-se por utilizar pavimento flexível com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado Quente - CAUQ, alternativa que visa um melhor conforto e rapidez na execução, além de dar continuidade ao trecho já existente da via.

(...)

Este documento trata apenas do dimensionamento para duplicação da Via de acesso à Sociedade Hípica de Brasília – Setor Hípico Sul. Observamos que outros elementos indispensáveis ao projeto de pavimentação, como dados da geometria da via, quantitativos, orçamento, cronograma, verificação das condições (sic) da drenagem pluvial e projeto de sinalização, entre outros, deverão ser incluídos por outros setores responsáveis.”

(grifos originais e acrescidos)

23. A autorização para que a NOVACAP executasse as obras de duplicação da via em frente à Sociedade Hípica de Brasília, bem como implantar estacionamentos, nos termos do croqui de fl. 2, foi concedida por meio da Decisão nº 568, de **02/09/2020**, da Diretoria Colegiada da TERRACAP, fl. 122. Transcrevemos abaixo excertos do voto condutor do *Decisum*⁸, fls. 117/121:

“(…)

ASPECTOS LEGAIS:

Conforme se infere do Regimento Interno desta Companhia, ex vi, art. 10, a seguir transcrito, compete à Diretoria Colegiada promover o

⁸ Voto nº 0057/2020 – DITEC.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

alimento das estratégias da Companhia com as prioridades do GDF em atividades e projetos de interesse do DF:

‘Art. 10. À Diretoria Colegiada - DIRET, órgão executivo de gestão, compete em complemento às atribuições descritas no Estatuto Social:

I- promover o alinhamento da empresa com as estratégias e prioridades do GDF em relação às atividades imobiliárias e projetos de desenvolvimento econômico e social de interesse do Distrito Federal;

II- promover medidas de alinhamento e interação com os órgãos da administração do GDF, da União e dos Poderes Legislativo e Judiciário, visando à ampliação da sinergia e complementaridade de esforços relacionados aos negócios da empresa;

III- definir diretrizes estratégicas e de alinhamento organizacional, avaliar sua execução e promover o redirecionamento das iniciativas, obedecidas as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração; e

IV- aprovar as políticas administrativas e as normas de trabalho internas em observância às legislações pertinentes e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração’.

Significa dizer, na prática, que a autorização para duplicação da via em frente à Sociedade Hípica de Brasília, e respectiva implantação de estacionamentos, implica na realização indireta de atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, e tal providência tem expressa vinculação ao art. 4º do Estatuto desta Companhia, a saber:

‘Art. 4º - A Terracap tem por objeto executar, mediante remuneração, as atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, por meio da utilização, aquisição, administração, locação, concessão de direito real de uso, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens, assim como realizar, direta ou indiretamente, obras e serviços de infraestrutura e obras viárias do Distrito Federal.

§1º - A Terracap exercerá, sem prejuízo das atribuições dos demais órgãos da Administração Direta e Indireta, bem como daquelas previstas na Lei Federal nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, por intermédio da proposição, da operacionalização e da implementação de programas e projetos de desenvolvimento econômico e social de interesse do Distrito Federal, nos termos da Lei Distrital nº 4.586, de 13 de julho de 2011, podendo, para tanto, executar as seguintes ações:

I - operacionalização das atividades imobiliárias, de modo a gerar recursos para o investimento em infraestrutura econômica e social,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

bem como assegurar a sustentabilidade de longo prazo de suas receitas;

II - promoção direta ou indireta de investimentos em parcelamentos do solo, infraestrutura e edificações, com vistas à implantação de programas e projetos de: expansão urbana e habitacional; desenvolvimento econômico, social, industrial e agrícola; desenvolvimento do setor de serviços; desenvolvimento tecnológico e de estímulo à inovação; construção, manutenção e adequação física e operacional de bens imóveis destinados à prestação de serviços públicos, tendo a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, como parceira preferencial;

(...)'

Aliás, a obra em voga atende a função de Agência de Desenvolvimento estabelecida pela Lei Distrital nº 4.586/2011 a esta Companhia, cabendo, pois, à Diretoria Colegiada, autorizar que a NOVACAP execute tais serviços em terrenos de propriedade da Empresa.

Portanto, a proposta que ora submeto à consideração da Diretoria visa promover indiretamente as obras construção e adequação física e operacional de bens imóveis destinados à prestação de serviços públicos, preferencialmente realizada com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, na exata compreensão que se extrai do inciso II, do §1º, do referido dispositivo.

VOTO:

Diante do exposto e considerando que:

a. a partir de 1997, a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP passou a exercer a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal na operacionalização e implementação de programas e projetos de fomento e apoio ao desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 18.061/1997;

b. com uma reformulação de seu Estatuto Social, feita em 2011, foi implementado e consolidado o papel de Agência de Desenvolvimento por meio da Lei Distrital nº 4.586, de 13 de julho de 2011, dando à TERRACAP maior envergadura para executar as políticas de desenvolvimento econômico e social ao Distrito Federal;

c. cabe a esta Companhia a promoção, direta ou indireta de investimentos em parcelamentos do solo, infraestrutura e edificações com vistas à implantação, no interesse do Distrito Federal, de programas e projetos de expansão urbana e habitacional;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

d. a obra em questão trará benefícios para a sociedade, tanto aos aspectos da mobilidade quanto ao desenvolvimento das áreas adjacentes em plena expansão;

e. a NOVACAP, por meio do Ofício (45727872), solicitou a autorização para execução da via em frente à Sociedade Hípica de Brasília, bem como implantar estacionamentos de acordo com croqui (38729865), em atendimento ao requisitado pela área técnica da Diretoria de Urbanização daquela Companhia (45707105);

f. o projeto de urbanismo para fins de desmembramento do Lote 08 do Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, localizado na Região Administrativa do Plano Piloto (RA I), está sendo desenvolvido pela Coordenação de Projetos (COPROJ/SUPLAN), da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no âmbito do Processo 0390-000689/2011, que trata da alteração de parcelamento das áreas do entorno do Parque das Aves;

g. a Declaração emitida pela Sociedade Hípica de Brasília (46150048) que "as áreas além da ocupação compreendida naquela que lhe é de direito, serão livres e desimpedidas para demais fins cabíveis, que tangem à propriedade da Terracap, conforme mesma matrícula";

h. o Projetos de duplicação da via, bem como de implantação dos estacionamentos não interferirão com a área ocupada pela Sociedade Hípica de Brasília;

i. o projeto urbanísticos em desenvolvimento na SEDUH, no âmbito dos processos (00111- 00008263/2018-92) e (0390-000689/2011), poderá incorporar o projetos da duplicação da via e do estacionamento, de forma a eliminar a interferência com Lote 08 do Setor de Áreas Isoladas Sudoeste;

e

j. o Art. 75 do Regimento Interno desta Companhia, que atribui competência à Diretoria Técnica para a elaboração de estudos relacionados à implantação de infraestrutura em empreendimentos imobiliários da empresa e em locais de interesse do Governo do Distrito Federal,

por todo o exposto, fundamentado nas competências estatutária e regimentais, manifestando voto favorável, submeto a presente matéria à apreciação e DECISÃO desse Colegiado (...)"

(grifos originais e acrescidos)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

24. A NOVACAP e a Sociedade Hípica de Brasília foram cientificadas da Decisão nº 568/2020, fls. 125/127.

25. No Despacho TERRACAP/DITEC/GEPRO/NUARQ, de **04/09/2020**, fls. 132/133, foi apontada a incompatibilidade entre o croqui que fora aprovado pela Diretoria Colegiada da Companhia e aquele produzido em conjunto pela NOVACAP, TERRACAP e SEDUH.

26. No expediente de fls. 134/135 foi destacado que a multiplicidade de processos sobre a matéria afetou o acesso ao histórico completo do projeto, sendo sugerida a retificação da autorização concedida mediante a Decisão nº 568/2020:

“Entretanto, o NUARQ verificou que houve um equívoco na aprovação feita pela DIRET no que diz respeito ao croqui para a área em questão, o qual sofreu alterações conforme entendimentos mantidos entre a SEDUH, TERRACAP e NOVACAP, e não seguirá mais o projeto encaminhado pela NOVACAP, ao qual a DIRET fez referência em seu voto.

A multiplicidade de processos que tratam da temática prejudica, de certa forma, o acesso ao histórico completo do projeto. Em que pese especificamente as tratativas relacionadas ao projeto proposto pela NOVACAP, segue o histórico:

1. Antes da ciência do NUARQ a respeito da existência do projeto da NOVACAP, a mesma área já estava sendo objeto de projeto tanto na TERRACAP (processo SEI 00111-00008263/2018-92), quanto na SEDUH (processo SEI 0390-000689/2011).

2. Em 19/05/2020, em reunião conjunta entre o NUARQ/TERRACAP e a COPROJ/SEDUH, ficou acordado que, em função do volume de demandas correlatas às quais a SEDUH tinha acesso, o andamento do projeto seria dado pela Secretaria. Caberia ao NUARQ o fornecimento dos limites do lote da Hípica e do lote remanescente da TERRACAP. A informação foi fornecida posteriormente nos documentos 42463254 e 42468657.

3. Em 19/06/2020, por meio do Despacho 42112483 no presente processo, este NUARQ tomou ciência de que um projeto de duplicação viária que interfere no referido imóvel, estava em andamento pela NOVACAP.

4. Assim como relatado no voto 46183282, em 26/06/2020 (Despacho 42551578), este NUARQ indicou no presente processo alguns pontos de atenção a respeito do projeto apresentado pela NOVACAP no croqui 38729865.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

5. Em 07/08/2020, a NOVACAP (Márcio Costa - Chefe do Deinfra/DU e Mônica Rocio - Arquiteta DEINFRA/DIPROJ/SEPROJ/DU), a TERRACAP (Bianca Ilha - Gerente da GEPRO e Júlia Solléro - Assessora do NUARQ/GEPRO) e a SEDUH (Anamaria Aragão - Chefe da COPROJ, Eliane Victor - Diretora da DISOLO/COPROJ e Flávia - Arquiteta da DISOLO/COPROJ) se reuniram a fim de alinhar as informações e demandas dos respectivos órgãos para a área. Na ocasião, todos os apontamentos do Despacho 42551578 foram reiterados.

6. O estudo preliminar de projeto, que foi resultado das tratativas alinhadas em conjunto entre SEDUH, TERRACAP, e NOVACAP, foi produzido e anexado no documento 45787499 junto ao processo 0390-000689/2011, onde o projeto vinha sendo desenvolvido pela SEDUH, conforme relatado no Despacho 45787656.

7. Em 21/08/2020, a NOVACAP envia novo Ofício (45725808) pelo presente processo, em que reitera o pedido de anuência do projeto de duplicação nos mesmos termos do primeiro croqui enviado no Ofício de 10/06/2020 (41660209). Este mesmo croqui 38729865, datado de 16/04/2020, foi o documento ora votado, apesar de todas as tratativas posteriores ao seu envio aqui relatadas.

Isto posto, recomendamos que a votação colegiada para anuência quanto à duplicação da via e implantação de estacionamentos pela NOVACAP seja reavaliada com base no último estudo definido em conjunto entre os três órgãos envolvidos (dwg 45787499 e pdfs 45787577, 45787631)."

(grifos originais)

27. A Diretoria Colegiada realizou a retificação sugerida (Decisão nº 597/2020, fls. 141/142), sendo a NOVACAP e a Sociedade Hípica de Brasília comunicadas do fato, fls. 138/139.

28. Em **29/09/2020**, a Sociedade Hípica de Brasília encaminhou correspondência à TERRACAP (Ofício nº 40/2020 – CD/SHBr, fls. 150/151), aduzindo que as obras a serem realizadas, “*sob o ponto de vista de conveniência e oportunidade para a SHBr*”, não trariam benefícios. Ponderou que a construção dos estacionamentos poderia comprometer suas atividades, uma vez que a área escolhida seria muito próxima ao local utilizado para soltura de cavalos de esporte e, em função do trânsito de pessoas e veículos, aumentaria o risco de acidentes. Além



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

disso, apontou a existência de uma grande quantidade de árvores do cerrado. Ante tais fatos formulou os seguintes questionamentos:

“1) quais as razões de interesse público na implantação do estacionamento de acordo com os croquis (dwg 45787499 e pdfs45787577, 45787631)?

2) por quais razões de interesse público optou-se pela implantação de estacionamento em frente à Sociedade Hípica de Brasília ao invés da sua implantação do outro lado da via pública?

3) a duplicação da via em frente à Sociedade Hípica de Brasília seguirá até a EPGU ou terá início apenas na frente da organização religiosa Comunidade das Nações (antigo Hípica Hall)?

4) qual providência será adotada em relação às árvores existentes atualmente na área de propriedade da Terracap onde se pretende implantar o estacionamento de que tratam os croquis acima mencionados?”

29. A fim de subsidiar a resposta aos questionamentos supra, a TERRACAP solicitou a manifestação da NOVACAP (Ofício nº 1241/2020 – TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC, fl. 152).

30. Em atendimento, a Seção de Projetos e Orçamentos da NOVACAP elaborou o Despacho – NOVACAP/DEINFRA/DIPROJ/SEPROJ, fls. 160/162, com as seguintes ponderações:

1. Quais as razões de interesse público implantação do estacionamento de acordo com os croquis (dwg (38729865) e pdfs (45787577, 45787631).

Esta Novacap elaborou um estudo preliminar para duplicação da via e implantação de vagas para estacionamento de veículos. Sendo a área pertencente à Terracap, o estudo foi encaminhado àquela empresa visando análise da proposta e autorização para execução do serviço.(41660209).

O croquis elaborado por esta Novacap (38729865) foi tão somente uma das demandas relativas à área, que com o desenvolvimento do assunto entre Novacap, Terracap e Seduh, chegou-se a uma nova proposta de duplicação da via e de parcelamento da área. (45787577)(45787631).

2. Por quais razões de interesse público optou-se pela implantação de estacionamento em frente à Sociedade Hípica de Brasília ao invés da sua implantação do outro lado da via pública?



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

O processo SEI 0390-000689/2011 trata do desenvolvimento do projeto urbanístico que incide na área em questão. O projeto, a princípio, abrange os lotes 8, 22 e 22A, considerando o reparcelamento do lote 08 (divisão Hípica/TERRACAP), e incorporando ainda todas as demandas paralelas para a área que a SEDUH tenha tido conhecimento ao longo dos anos. O projeto seria um desdobramento da URB 45/11 de criação do Parque das Aves.

O formato atual do lote 8 em questão, sem cercamento em seus limites, criado pela PR 207/01, tornou-se impossibilitado de ser implantado. O lote registrado se sobrepõe com a linha do metrô e com sistema viário que atravessa a linha do metrô e se conecta à EPGU. Desta forma faz-se necessário o reparcelamento do lote, para adequá-lo a nova configuração urbana.

Em 1962 foi concedido à Sociedade Hípica de Brasília, 180.000,00m² mantendo a área de 160.000,00 m² em nome da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP.

Na área remanescente do Lote 8, de propriedade da Terracap, o projeto prevê a aplicação das faixas de rolamento, para o melhor fluxo de veículos, a criação de uma ciclovia e de bolsões de estacionamento ao longo da via.

Em manifestação ao projeto de duplicação da via existente, elaborado pela Novacap, o NUARQ/TERRACAP sugeriu que a duplicação das faixas fossem feitas a partir da pista original em direção a oeste e orientou que os estacionamento fossem implantados na área ocupada entre a pista e a porção do lote 8 de propriedade da Sociedade Hípica de Brasília, para que não houvesse interferência nem com os lotes que estão sendo delimitados na área daquela Companhia, nem com o futuro VLT.

3. A duplicação da via em frente à Sociedade Hípica de Brasília, seguirá até a EPGU ou terá início até apenas na frente da organização religiosa Comunidade das Nações (antigo Hípica Hall)?

Conforme projeto, sinalizado no croquis ilustrativo, a duplicação será iniciada próximo a linha do metrô e finalizada na via marginal da EPGU.

4. Qual a providência adotada em relação às árvores existentes, atualmente na área de propriedade da Terracap, onde se pretende implantar o estacionamento de que tratam os croquis acima mencionados?

O projeto foi desenvolvido de maneira a preservar a grande maioria das espécies arbóreas significativas, como sinalizado no croquis ilustrativo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Considerando os riscos ambientais envolvidos de perda de área de recarga de aquífero, perda de solo por erosão e risco de contaminação do subsolo, o projeto propôs a arborização ao longo das vias e dos futuros estacionamentos. A arborização proposta evitou interferências com as inúmeras redes de infraestrutura instaladas e buscou contribuir com a proteção do solo e do lençol freático ao mesmo tempo que permite a recarga de aquífero com uma vegetação que ajude a filtrar os poluentes. Processo SEI 0390-000689/2011 Memorial Descritivo (50499368)”.

31. Referidos esclarecimentos foram encaminhados à TERRACAP (Ofício nº 41/2021, fl. 167) que, por sua vez, comunicou a Sociedade Hípica de Brasília (Carta nº 4/2021 – TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC, fls. 169/170).

Da análise

32. Preliminarmente, registra-se que o signatário do Ofício nº 130/2021 – TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER é a Chefe de Gabinete da Presidência da TERRACAP, Sr^a Raquel Fonseca da Costa. Conforme já deliberado pelo Tribunal, mediante a Decisão nº 1.464/2019 e outras⁹, a autoridade competente para se dirigir à Corte é o dirigente máximo do órgão ou seu substituto legal.

33. Considerando que no aludido expediente há a ressalva de que seu encaminhamento fora realizado “*De ordem do Presidente da TERRACAP*”, entendemos que o Tribunal pode, excepcionalmente, conhecer do Ofício nº 130/2021 – TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER e novamente esclarecer a jurisdição acerca da falha identificada.

34. No que concerne ao mérito das informações prestadas, observa-se que, embora tenha sido confirmada a autorização concedida à NOVACAP para realização da obra, não restaram esclarecidas as questões formuladas na Representação. Vejamos.

35. Os pontos questionados na peça exordial relacionam-se ao atendimento do interesse público na realização da obra e à ausência de publicidade. A partir dos documentos encaminhados, é possível observar que a questão só foi

⁹ Decisões nºs 210/2006, 6.172/2006, 1.560/2007, 1.916/2007, 4.600/2007, 3.720/2010 e 1.006/2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

abordada após o questionamento da Sociedade Hípica de Brasília, fls. 150/151 do Processo nº 00112.00011167/2020-18.

36. Ao responder as dúvidas suscitadas, a NOVACAP informou a realização de estudo preliminar para duplicação da via e construção do estacionamento, bem como menciona desenvolvimento do projeto urbanístico com incidência na área em questão nos autos do Processo SEI 0390-000689/2011. Asseverou que o projeto elaborado previu a aplicação das faixas de rolamento para o melhor fluxo de veículos, a criação de ciclovia e de estacionamentos. Apontou, ainda, que o projeto buscou preservar a maioria das árvores existentes no local, fls. 160/163 do Processo nº 00112.00011167/2020-18. Todavia, não há, nos documentos enviados, cópia de tal projeto.

37. O processo encaminhado ao Tribunal¹⁰ tratou apenas da autorização da TERRACAP para realização das obras. Conforme descrito no parágrafo 16, aqueles autos tiveram origem a partir de solicitação da Diretoria de Urbanização da NOVACAP na qual não foram mencionados os motivos de realização da obra. De igual forma, a referida solicitação não apresentou dados relativos aos custos¹¹ e ao cronograma de execução¹². Nos documentos apresentados, verificamos que, após a autorização concedida pela TERRACAP (Decisão nº 568/2020 da Diretoria Colegiada¹³), não foram incluídas informações acerca da execução das obras.

38. Ainda em relação aos apontamentos formulados pela Sociedade Hípica de Brasília, importa registrar que foram suscitadas dúvidas quanto às razões de interesse público envolvidas nos serviços a serem realizados, sendo destacado que

¹⁰ Processo nº 00112.00011167/2020-18.

¹¹ A esse respeito, no documento de fls. 55/79 registrou-se que “outros elementos indispensáveis ao projeto de pavimentação, como dados da geometria da via, quantitativos, orçamento, cronograma, verificação das condições (sic) da drenagem pluvial e projeto de sinalização, entre outros, deverão ser incluídos por outros setores responsáveis”. No entanto, esses elementos não foram juntados.

¹² Pelas manifestações constantes dos autos, depreende-se que as obras estão sendo executadas pela NOVACAP. Nesse sentido, registra-se o Despacho – NOVACAP/PRES/DU/DEINFRA, fl. 165 do Processo nº 00112.00011167/2020-18, de 29/12/2020, em que há a informação de que “as obras estão sendo executadas pela NOVACAP”. Ademais, há informação da Seção de Topografia daquela Companhia encaminhado planilha da caderneta de nivelamento para elaboração de notas de serviço e adequação do projeto geométrico, fl. 172 do Processo nº 00112.00011167/2020-18.

¹³ Retificada pela Decisão nº 597/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

“tal obra poderá proporcionar maior conforto aos frequentadores da organização religiosa Comunidade das Nações, locatária de um imóvel de nossa propriedade. Porém, a área locada já conta com amplo estacionamento interno e, de qualquer forma, há a possibilidade de que a implantação do estacionamento seja feita do outro lado da via em frente à SHBr, área que inclusive é mais próxima de eventual terminal de passageiros que porventura venha a ser construído no futuro”, fl. 151 do Processo nº 00112.00011167/2020-18.

39. Pontua-se, por oportuno, que no documento de fls. 55/79, relativo à proposta de dimensionamento do pavimento para a execução da pavimentação asfáltica, a questão do interesse público na realização da obra também foi tangenciada, sendo consignado que a via é *“de grande importância para a comunidade local”*.

40. Ante tais fatos e tendo em vista que não foram encaminhados os projetos mencionados no Despacho – NOVACAP/DEINFRA/DIPROJ/SEPROJ, fls. 160/163 do Processo nº 00112.00011167/2020-18, não é possível concluir se de fato houve prevalência do interesse público na obra questionada pelo MPJTCDF.

41. Acerca da possível ofensa ao princípio da transparência (publicidade), além da ausência dos elementos acima relacionados nos autos do Processo nº 00112.00011167/2020-18, na vistoria realizada pela TERRACAP, peça 39, noticiou-se que não terem sido encontradas no local placas de identificação da obra. Tal constatação corrobora a diligência realizada pelo MPJTCDF e descrita na Representação de peça 1.

42. Considerando que os dados até agora coletados indicam ser a NOVACAP a responsável pela execução da obra questionada e tendo em vista que os documentos e esclarecimentos constantes dos autos não são suficientes para emissão de juízo de valor acerca do mérito da peça exordial, entendemos necessário requisitar daquela Companhia informações circunstanciadas acerca dos pontos narrados na Representação nº 17/2020–G3P, a saber:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

- comprovação da regularidade e do atendimento do interesse público na realização da obra relativa à construção de estacionamento e duplicação de via localizada no setor Hípico Sul, na via de acesso à EPGU – Estrada Parque Guará (DF-051), devendo ser encaminhados, dentre outros, os estudos porventura elaborados, forma de execução (diretamente pela NOVACAP ou mediante licitação), estimativa de custos e cronograma de execução;
- demonstração do atendimento ao princípio da transparência (publicidade), uma vez que não foram identificadas informações à população e aos órgãos de controle quanto aos recursos públicos empregados e órgão/entidade responsável.

43. Faz-se necessário, ainda, solicitar a disponibilização dos Processos nºs 0390.000689/2011 e 00111-00008263/2018-92, que, conforme consta no Despacho - TERRACAP/DITEC/GEPRO/NUARQ, fl. 132 do Processo nº 00112-00011167/2020-18, são relacionados com a matéria aqui examinada.

Diante do exposto, sugerimos ao egrégio Tribunal que:

- I. tome conhecimento:
 - a) do Ofício nº 130/2021 – TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER e dos documentos que o acompanham, peças 29/56;
 - b) do Processo nº 00112-00011167/2020-18, apensado aos autos;
- II. determine:
 - a) à NOVACAP que, no prazo de 30 dias, encaminhe ao Tribunal informações pormenorizadas acerca da execução dos serviços relativos à construção de estacionamento e duplicação de via localizada no setor Hípico Sul, na via de acesso à EPGU – Estrada Parque Guará (DF-051), especialmente, quanto à:
 - a.1) comprovação da regularidade da obra e do atendimento do interesse público em sua realização, devendo ser encaminhados,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

- dentre outros elementos, os estudos porventura elaborados, forma de execução (diretamente pela NOVACAP ou mediante licitação), estimativa de custos e cronograma de execução;
- a.2) demonstração do atendimento ao princípio da transparência (publicidade), uma vez que não foram identificadas informações à população e aos órgãos de controle quanto aos recursos públicos empregados e órgão/entidade responsável;
- b) à TERRACAP e à SEDUH que, no prazo de 30 (trinta) dias, disponibilizem acesso mediante link ou cópia integral, em meio digital, dos Processos nºs 00111-00008263/2018-92 e 0390.000689/2011;
- III. reitere o esclarecimento feito à TERRACAP, mediante a Decisão nº 1.464/2019, que a autoridade competente para se dirigir a esta Corte de Contas é o dirigente máximo do órgão ou o seu substituto legal, a teor do deliberado nas Decisões nºs 210/2006, 6.172/2006, 1.560/2007, 1.916/2007, 4.600/2007, 3.720/2010 e 1.006/2015;
- IV. autorize:
- a) a disponibilização da Representação de peça 1, da presente Informação e da Decisão que vier a ser proferida à NOVACAP para subsidiar o atendimento às diligências;
- b) a ciência da Decisão que vier a ser proferida ao representante;
- c) o retorno dos autos à Segem para os devidos fins.

À superior consideração,

Assinatura Eletrônica

ELIANE LEITE DE SOUSA RODRIGUES
ACE - 553-3